

RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.922 - MG (2012/0230816-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ROBERTO JOSÉ RICARDO**
ADVOGADO : **SIMONE MUSA CASTRO SILVA - MG084823**
RECORRENTE : **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI**
ADVOGADOS : **TASSO BATALHA BARROCA E OUTRO(S) - MG051556**
JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S) - MG074659
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. OFENSA AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGADA AFRONTA A DISPOSITIVOS DE LEI. ARTS. 18, § 3º, E 21 DA LC 109/2001. RAZÕES NÃO DECLINADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO PRETORIANO. DISPOSITIVO NÃO INDICADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA Nº 284/STF. PREVIDÊNCIA PRIVADA. ENTIDADES FECHADAS. CONTRIBUIÇÕES PESSOAIS. DEVOLUÇÃO OU CORREÇÃO MONETÁRIA. TRANSFERÊNCIA DA MATÉRIA PELA LEI AO ESTATUTO. VERIFICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. SÚMULA Nº 5/STJ. ART. 6º DA LINDB. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 211/STJ E Nº 282/STF. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, NÃO PROVIDO.

1. Não há afronta ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem manifesta-se suficientemente sobre a questão controvertida, apenas adotando fundamento diverso daquele perquirido pela parte.

2. Não cabe recurso especial quando a parte recorrente, apesar de indicar os dispositivos violados, não declina as razões para tanto, ensejando deficiência na fundamentação - Súmula n. 284/STF.

3. Não cabe recurso especial quando a parte recorrente não declina, nas razões, qual o dispositivo legal afrontado, inclusive quanto ao suposto dissídio pretoriano. Deficiência na fundamentação que enseja a aplicação da Súmula n. 284/STF.

4. Verificar se houve ofensa a dispositivos de lei federal, tendo em vista que as entidades fechadas de previdência privada não são obrigadas a devolver as contribuições pessoais nem corrigi-las nos moldes pleiteados pelos ex-participantes quando a lei transfere ao estatuto e regulamenta a escolha da correção monetária adotada, exige o exame

das cláusulas contratuais, o que é vedado pela Súmula n. 5/STJ.

5. A ausência de prequestionamento, mesmo implícito, impede a análise da matéria na via especial. Súmulas n. 211/STJ e n. 282/STF.

6. Recurso especial parcialmente conhecido para, nessa parte, negar-lhe provimento.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

ACÇÃO DE COBRANÇA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - CONTRIBUIÇÃO PESSOAL - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CORREÇÃO MONETÁRIA. (VOTO VENCIDO PARCIALMENTE)

- Na ação de cobrança de diferenças de restituição de contribuições pessoais não é relevante a questão acerca das contribuições patronais.

- A atividade securitária, na qual se incluem os planos de previdência privada, insere-se no conceito amplo de serviço, aplicando-se-lhe o Código de Defesa do Consumidor.

- A restituição das parcelas pagas a planos de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva correção da moeda.

V.v.p.: ACÇÃO DE COBRANÇA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL CONTRIBUIÇÃO PESSOAL - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CORREÇÃO MONETÁRIA.

A teor da súmula 290 do STJ, descabe a devolução ao beneficiário de plano de previdência privada, da contribuição efetuada pelo seu empregador. A súmula 289 da mesma Corte, determina a plena incidência da correção monetária, sobre o valor vertido pelo participante do plano, que deve lhe ser restituído. (Desembargadora Eulina do Carmo Almeida)

Opostos embargos de declaração, foram providos para sanar omissão quanto aos juros de mora incidentes na espécie - fls. 411-418.

Apresentados embargos infringentes por ROBERTO JOSÉ RICARDO - fls. 615-623, contra o acórdão proferido nos aclaratórios, foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DIVERGÊNCIA. ACÇÃO DE COBRANÇA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. OMISSÃO EXISTENTE NO ACÓRDÃO DO TJMG.

Superior Tribunal de Justiça

APONTAMENTO PELO EG. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LIMITES DELINEADOS. VOTO MAJORITÁRIO. OBEDIÊNCIA. PREVALÊNCIA. INFRINGENTES REJEITADOS.

Em suas razões recursais, alega afronta aos seguintes dispositivos de lei federal:

a) arts. 458, II, e 535 do CPC/73 - omissão e contradição, porquanto "*a reserva matemática jamais é devolvida. A devolução é da DRM (reserva matemática menos reserva pessoal), mesmo assim limitada a 80% da cota patronal e descontados os valores devidos a título de empréstimo simples e financiamento imobiliário*" - fls. 666;

b) art. 42 da Lei nº 6.435/77; art. 31 do Decreto nº 81.240/78; e art. 14, III, da LC 109/01 - As entidades fechadas de previdência privada "*não estão obrigadas a devolver as contribuições pessoais, muito menos estão obrigadas a corrigi-las nos moldes pleiteados pelos ex-participantes quando a lei transfere ao estatuto e regulamenta a escolha da forma correção monetária adotada*" - fls. 687; e

c) art. 6º da LINDB - afronta ao ato jurídico perfeito, diante do afastamento das normas contratuais - fls. 691.

Aponta também afronta aos arts. 18, § 3º, e 21 da LC 109/2001.

Por fim, sustenta dissídio pretoriano quanto a duas teses: *i)* não incidirem expurgos inflacionários sobre a reserva de poupança nem sobre a DRM; e *ii)* impossibilidade de aplicar índice diverso daquele previsto no regulamento ou estatuto.

Apresentadas contrarrazões - fls. 797-831.

Recurso admitido na origem - fls. 876-879.

É o relatório.

DECIDO.

2. Apesar da alegação de que o acórdão recorrido teria sido omisso e contraditório quanto à tese de não ser possível a devolução dos valores pleiteados a título de reserva matemática, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação aos arts. 458 e 535 do Código de Processo Civil de 1973. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

O acórdão recorrido expressamente consignou:

Inicialmente, assiste razão ao embargante ao questionar a 'reserva matemática', visto que tal está previsto no artigo 8º e parágrafos, do Regulamento do Plano de Benefícios, valendo a transcrição:

[...]

Insta consignar que tal direito de devolução fora inclusive confessado pela PREVI em sua contestação á fl. 106. - fls. 582-583.

Portanto, foi analisada a questão da existência da devolução da reserva matemática, ao contrário do alegado pela parte ora recorrente.

3. Quanto às alegações de afronta aos arts. 18, § 3º, e 21 da LC 109/2001, verifico que a parte recorrente não demonstrou, clara e precisamente, no que consistiu a alegada negativa de vigência à lei, ou mesmo qual a sua correta aplicação ao caso, requisito essencial para a adequada compreensão da controvérsia.

Diante disso, o conhecimento do recurso especial encontra óbice na Súmula n. 284/STF.

4. Referente ao dissídio pretoriano, a recorrente não indicou os dispositivos legais eventualmente violados pelo acórdão recorrido, não observando, portanto, a técnica própria de interposição do recurso especial, o que implica deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula n. 284/STF, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, aplicável também quanto à hipótese da alínea *c* do permissivo constitucional.

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. OFENSA A RESOLUÇÕES. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL OU DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SÚMULA N. 284-STF. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E PROVAS. SÚMULAS N. 5 E N. 7-STJ. CONTRATO DE LEASING. PAGAMENTO ANTECIPADO DO VRG. SÚMULA N. 293-STJ.

1. A via especial não comporta a análise de resoluções, portarias, circulares e demais atos normativos de hierarquia inferior à do Decreto, que não se inserem no conceito de lei federal.

2. A ausência de indicação da ofensa à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial atrai a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

3. A conclusão da Corte de origem obtida através da interpretação da matéria fática e contratual encartada nos autos não pode ser reexaminada neste Tribunal, por força do veto dos enunciados n. 5 e n. 7 da Súmula do STJ.

4. A teor do enunciado n. 293 da Súmula do STJ, o pagamento antecipado do VRG não descaracteriza o arrendamento mercantil para compra e venda a prestações.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1235133/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 05/05/2015)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. A ERRÔNEA INDICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NÃO IMPLICA ILEGITIMIDADE AD CAUSAM PASSIVA, SE AQUELA PERTENCE À MESMA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. SÚMULA 83/STJ. ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL

SUPOSTAMENTE RECAI A CONTROVÉRSIA. SÚMULA 284 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃOS PARADIGMAS PROLATADOS EM RMS E MS. IMPROPRIEDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A errônea indicação da autoridade coatora não implica ilegitimidade ad causam passiva se aquela pertence à mesma pessoa jurídica de direito público; porquanto, nesse caso não se altera a polarização processual, o que preserva a condição da ação (REsp.

806.467/PR, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ 20.09.2007).

2. A interposição do Recurso Especial com fundamento no dissídio jurisprudencial não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem teria dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. O não-cumprimento de tal requisito, como no caso, importa deficiência de fundamentação, atraindo também a incidência do contido no citado Enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Não se prestam como paradigmas acórdãos proferidos em Mandado de Segurança e Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, porquanto, nessas searas, é possível apreciar as normas de direito local e constitucional, bem como adentrar no contexto fático-probatório dos autos, enquanto em Recurso Especial essa incursão acha-se vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 188.414/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 31/03/2015)

5. Quanto ao art. 42 da Lei nº 6.435/77, ao art. 31 do Decreto nº 81.240/78, e ao art. 14, III, da LC 109/01, sustenta não estarem as entidades fechadas de previdência privada obrigadas a devolver as contribuições pessoais nem corrigi-las nos moldes pleiteados pelos ex-participantes quando a lei transfere ao estatuto e regulamenta a escolha da correção monetária adotada.

Entretanto, o v. acórdão recorrido assim assentou acerca da questão posta a julgamento:

Inicialmente, assiste razão ao embargante ao questionar a 'reserva matemática', visto que tal está previsto no artigo 8º e parágrafos, do Regulamento do Plano de Benefícios, valendo a transcrição:

'§3º - Caso a reserva matemática de aposentadoria programada (aposentadorias por tempo de serviço, por idade ou antecipada) relativa ao participante que se desliga - apurada rio mês do cancelamento da inscrição e corrigida monetariamente, até a data do rompimento do vínculo empregatício com a empresa patrocinadora, pelo índice a que se refere o artigo 20, com acréscimo de juros atuariais - seja superior ao valor obtido segundo o caput deste artigo, a diferença apurada será utilizada para liquidar ou, se insuficiente, amortizar o saldo devedor do

Superior Tribunal de Justiça

participante para com a PREVI, quer em operações de empréstimos ou de financiamentos.

§4º - O valor correspondente à diferença apurada na forma prevista no parágrafo anterior não poderá ser superior a 80% (oitenta por cento) da totalidade das contribuições patronais, calculadas de maneira análoga às pessoais, conforme caput deste artigo.

§5º Na eventualidade de o participante que se desliga não apresentar qualquer saldo devedor de empréstimos ou de financiamento para com a PREVI [...] o valor remanescente - deduzido de 1,2% (um vírgula dois por cento) destinado a suportar os custos de pagamento e manutenção - será pago ao participante, na modalidade de renda certa [...]'

Insta consignar que tal direito de devolução fora inclusive confessado pela PREVI em sua contestação á fl. 106. - fls. 582-583.

Portanto, para alterar o julgamento proferido pelo Tribunal *a quo*, seria necessária interpretação de cláusula contratual, consistente no Regulamento do Plano de Benefícios da Previ, o que é vedado pela Súmula nº 5/STJ.

6. Por fim, no que pertine à tese de inobservância ao ato jurídico perfeito, em suposta afronta ao art. 6º do LINDB, não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, nem mesmo implícito, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmulas nº 282/STF e nº 211/STJ).

Ainda que eventualmente afastado esse óbice, incidiria à espécie o disposto no Enunciado n. 5/STJ, tendo em vista que para verificar eventual afronta ao ato jurídico perfeito (art. 6º da LINDB) seria imprescindível o exame do Regulamento do Plano de Benefícios da Previ, que se equipare a contrato, procedimento vedado em sede de recurso especial.

7. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI e, nessa parte, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator